

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**PRESSÃO ECONÓMICA, SATISFAÇÃO CONJUGAL E EXPOSIÇÃO
DOS FILHOS AO CONFLITO EM SITUAÇÃO DE
RECONJUGALIDADE**

Hugo César dos Santos Roque Vicente

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



LISBOA

UNIVERSIDADE
DE LISBOA

**PRESSÃO ECONÓMICA, SATISFAÇÃO CONJUGAL E EXPOSIÇÃO
DOS FILHOS AO CONFLITO EM SITUAÇÃO DE
RECONJUGALIDADE**

Hugo César dos Santos Roque Vicente

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel Narciso

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2017

Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento Teórico.....	3
3. Método	14
3.1. Participantes.....	14
3.2. Procedimento	15
3.3. Variáveis e Instrumentos	16
4. Resultados	18
5. Discussão	23
6. Conclusão.....	27
7. Referências Bibliográficas	29

Agradecimentos

À Professora Doutora Isabel Narciso, pelo novo sentido que deu ao meu conceito da palavra “resiliência”, sem dúvida que me brindou com um algo que me será de grande utilidade na nova caminhada que agora inicio.

À Dra. Mariana Fernandes, pelo seu contributo e pela sua disponibilidade.

Quero também deixar uma palavra de agradecimento, a duas pessoas que estiveram presentes nos momentos mais difíceis e que sempre me ajudaram a avançar mesmo quando tudo era demasiado negro, “Um muito obrigado” ao Gonçalo e à Sara.

Deixar uma nota de agradecimento á minha fiel companheira, que tantas vezes me fez companhia, vendo as horas passarem sem que o seu passeio acontecesse, obrigado e desculpa, Ginja.

Resumo

As famílias apresentam, hoje, uma alteração estrutural no que respeita à sua composição. O crescimento das famílias recompostas em Portugal evidencia a existência de uma nova realidade que necessita de ser estudada, bem como o impacto dos eventos stressantes que lhe estão associados e a forma como influenciam as relações entre os elementos constituintes da mesma. Atendendo a esta realidade, o presente estudo pretende ampliar os conhecimentos sobre a forma como se desenvolvem as dinâmicas familiares, em situação de recasamento, em particular o contributo da pressão económica e da satisfação conjugal na exposição dos filhos ao conflito. Neste estudo, participaram 294 participantes, estando 122 em situação de recasamento e 172 em situação de conjugalidade intacta. Foram utilizados os seguintes instrumentos: O’Leary-Porter Scale- OPS, para avaliar a exposição dos filhos ao conflito; “Kansas Marital Satisfaction Scale”, para avaliar a satisfação conjugal; a pressão económica foi avaliada com o recurso a três indicadores, como descrito por Conger e colegas (1992; 1999). Constatou-se a existência de uma correlação negativa e moderada entre a satisfação conjugal e a exposição dos filhos ao conflito. Quanto à pressão económica (preocupações financeiras e dificuldades financeiras), os resultados apresentam, também, uma correlação negativa e moderada com a satisfação conjugal, bem como uma correlação positiva e moderada com a exposição dos filhos ao conflito parental.

Abstract

In contemporary times, families are going through a structural change in its arrangement. The rise of blended families in Portugal brings to light a new reality in need of research, both in what concerns the role of stressful events associated to this kind of families as well as a need of shedding light on the way relations influence the family components of a given arrangement.

With this reality in mind, the present study aims to increasing the knowledge on the way family dynamics unfold, in situations of remarriage, attending in particular to the role of economic pressure and marital satisfaction in exposure of children to conflict.

This study encompasses 294 research participants whereas 122 are about to get remarried and 172 are fully married. The following instruments were used: O'Leary-Porter Scale-OPS (to assess children's exposure to conflict); Kansas Marital Satisfaction Scale" (to assess marital satisfaction); economic pressure was evaluated by using three indicators, as described by Conger and colleagues (1992, 1999).

The research shows a negative, moderate correlation between marital satisfaction and exposure of children to conflict. When it comes to economic pressure (preoccupations and financial difficulties) the results show a negative, moderate correlation with marital satisfaction as well as a positive, moderate correlation with children exposure to parental conflict.

1. INTRODUÇÃO

O divórcio é um fenómeno que tem vindo a crescer de forma exponencial nos últimos anos, Em Portugal, no ano de 2013, registou-se uma taxa de divórcio de 70,4% (PORDATA, 2017). Em simultâneo, tem-se registado também o aumento do fenómeno de recasamento nas últimas décadas. As estatísticas disponíveis mais recentes, referentes à população portuguesa, apontam para a existência, em 2011, de 105 763 casais em que pelo menos um dos elementos já esteve num casamento anterior, trazendo para a nova relação pelo menos um filho, correspondendo a 3.9% do total de casais e a 6.6% do total de casais com filhos (Atalaia, 2014). Esta tendência verifica-se ainda com mais intensidade nos Estados Unidos da América, onde 40% dos casamentos realizados, são recasamentos, sendo que em 20% um dos elementos já teve um casamento prévio e nos restantes 20%, ambos os elementos do novo casal já passaram por pelo menos um processo de divorcio (Russel, Coleman & Ganong, 2016). Na Europa, o rácio de recasamento é mais baixo, dado que a coabitação é uma alternativa comum ao recasamento. Tendo em conta a importância crescente desta realidade na nossa sociedade, a investigação (e.g., Wu & Schimmele, 2005; Russell, Coleman & Ganong, 2016) tem procurado compreender, por um lado, as implicações ao nível do bem-estar psicológico e satisfação conjugal dos casais em situação de reconjugalidade e, por outro, quais as consequências para a saúde e desenvolvimento mental e emocional das crianças e jovens que integram estas famílias reconstituídas.

O presente estudo tem como principal finalidade contribuir para o enriquecimento dos conhecimentos sobre casais em situação de reconjugalidade¹, nomeadamente, percebendo a relação entre a pressão económica, satisfação conjugal e exposição dos filhos ao conflito.

A presente dissertação encontra-se organizada em cinco partes: Enquadramento Teórico, onde se apresenta uma síntese da revisão da literatura efetuada; Método, onde se encontram descritas a amostra estudada, as variáveis e instrumentos utilizados, assim como os procedimentos de recolha e análise dos dados; Resultados, onde se descrevem os resultados obtidos no processo de análise de dados; Discussão, onde se apresenta uma reflexão sobre os resultados obtidos, devidamente enquadrada na revisão de literatura efetuada, assim

¹ Utilizaremos indiferenciadamente os termos “reconjugalidade” e “recasamento” para nos referirmos a situações em que um indivíduo está envolvido numa nova relação conjugal, seja por casamento efetivo, por união de facto ou em coabitação.

como as possíveis limitações do estudo e suas implicações para a prática clínica e investigação futura; por último, a Conclusão, que apresenta uma síntese dos principais resultados, limitações e contributos do estudo.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A família constitui-se como uma entidade dinâmica, em constante mudança. Nos últimos anos, verificou-se, quer a nível nacional quer a nível europeu, uma redução nas taxas de casamento, um aumento crescente das taxas de divórcio e, conseqüentemente, de recasamento (Lobo & Conceição, 2003). Como referido anteriormente, em 2013, verificaram-se cerca de 70 divórcios por cada 100 casamentos em Portugal (PORDATA, 2017). Em 2012, apesar do declínio da taxa de casamentos, mais de um quarto do total de casamentos (27.1%) corresponderam a recasamentos (Atalaia, 2014). A par disso, constatou-se o aparecimento de modos alternativos e variados de viver a conjugalidade: as uniões de facto, a sucessão de relações temporárias com coabitação, a vida a dois sem coabitação (Wall, Cunha & Atalaia, 2013).

Por recasamento, entende-se o casamento de indivíduos que já passaram por uma relação anterior, terminada por motivo de viuvez de um dos cônjuges, divórcio ou separação (Lobo & Conceição, 2003). Este fenómeno só começou a ser alvo de alguma curiosidade por parte dos cientistas sociais norte-americanos a partir dos anos 70 do século XX, precisamente devido ao aumento contínuo do divórcio (Lobo, 2005). Segundo as estatísticas disponíveis mais recentes, entre 2001 e 2011, o número de casais recompostos, apresentou um crescimento na ordem dos 126,1%, existindo no ano de 2011, 105 763 casais com essas características específicas (Atalaia, 2014). Este valor corresponde a 3,9% do total de casais e a 6,6% do total de casais com filhos. Os valores apresentados indicam uma tendência, em que a recomposição familiar após uma crise familiar (e.g., divórcio, separação ou viuvez), seja uma prática comum em todos os estratos sociais, alterando por completo a forma como se organiza a vida familiar (Wall, Cunha & Atalaia, 2013). Em Portugal, revelam uma maior propensão para entrarem numa nova relação conjugal (Ferreira, Lobo, Oliveira & Ramos, 2008), tendo como opção mais comum para a reorganização familiar a coabitação em alternativa ao recasamento (Atalaia, 2014). Por outro lado, quando comparados os indivíduos envolvidos num recasamento, com indivíduos num primeiro casamento, são tendencialmente mais velhos e passaram maioritariamente por uma situação de coabitação anterior à formalização do casamento; tendem a casar menos segundo a celebração católica e a possuir habilitações mais baixas (Lobo, 2005; Ferreira et al., 2008). Em 2011, cerca de

Em 2011, cerca de 6 em cada 10 casais recompostos viviam em união de facto (59.2%). A coabitação assume-se, como um dos principais traços diferenciadores dos casais recompostos em Portugal (Atalaia, 2014).

Uma grande parte dos recasamentos envolve filhos de um casamento anterior, o que pressupõe a presença de um padrasto, de uma madrasta, ou de ambos, nas configurações familiares (Lobo, 2005). O conceito de família recomposta ou reconstituída está definido como uma família em que há, pelo menos, um filho não comum a ambos os membros do casal. É uma forma organização familiar, em regra precedida pelo divórcio ou separação de um dos cônjuges. Assim sendo, estamos perante um conceito de família lato que permite incluir tanto o agregado doméstico no qual a criança reside como aquele(s) com quem estabelece uma relação por intermitência: um fim-de-semana de quinze em quinze dias e/ou um determinado período de férias escolares (Atalaia, 2014).

O divórcio e o recasamento parental constituem processos de transição familiar ao qual estão associados um grupo de mudanças, dificuldades, desafios e adaptações na vida dos pais e dos filhos, tendo um forte impacto na parentalidade e no ajustamento psicológico das crianças. Apesar de ser um acontecimento de vida temporariamente stressante, poderá representar uma segunda oportunidade para a felicidade nos adultos ou um escape a um ambiente familiar disfuncional (Amato, 2000). No entanto, o divórcio pode afetar o funcionamento e o bem-estar das pessoas envolvidas através de diversos mecanismos: para os pais, incluem tornar-se o único responsável por cuidar da(s) criança(s); perder contacto com o(s) filho(s); perpetuar o conflito com o ex-cônjuge; perder o suporte e o apoio emocional devido a afastamento de familiares e amigos, ou perder recursos financeiros; para as crianças incluem uma parentalidade menos eficaz, a diminuição do contacto com o outro progenitor, a exposição ao conflito, a diminuição dos recursos financeiros dos pais, a mudança de casa e/ou escola, ou o recasamento de um ou ambos os pais (Amato, 2000; Warshak, 2000).

O conflito constitui um fenómeno normativo da vida familiar, podendo ser, inclusive, um aspeto positivo no processo de desenvolvimento psicológico da criança, ao observar que os adultos podem discordar e encontrar formas alternativas de resolver os seus problemas (Benetti, 2006). Porém, as crianças expostas de forma continuada a situações de conflito

conjugal violento, físico e verbal, apresentam níveis mais elevados de ansiedade, agressividade, depressão e perturbações de comportamento (Davies, Cummings, Myers, & Heindel, 1999). Pelo contrário, testemunhar conflitos construtivos (pais discutem abertamente áreas de desacordo, com vista à sua resolução), ajuda as crianças a adquirir estratégias de resolução de conflitos mais eficazes nas suas relações interpessoais (Davies et al., 1999; Benetti, 2006).

Apesar de haver lugar à preocupação com o bem-estar dos filhos, muitos pais tendem a focar-se de uma forma muito intensa na rutura conjugal e nos conflitos subsequentes, o que pode afectar a disponibilidade e responsividade parental (Amato, 2000; Benetti, 2006; Chiappori & Weiss, 2006). Vários estudos têm colocado em evidência o forte impacto negativo do conflito parental no desenvolvimento psíquico da criança e do adolescente, nomeadamente, a nível emocional, com consequências nas relações interpessoais, comportamento e desempenho escolar (Gottman, 1989; Amato, 2000; Cummings & Davies, 2002; Grych, 2005). As consequências negativas da exposição das crianças ao conflito podem ser encontradas em crianças numa fase muito precoce. Num estudo realizado por Rever, Blair e Garrett-Peters (2015), com uma amostra de 1025 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 58 meses, os resultados evidenciaram que as crianças expostas ao conflito parental fazem um reconhecimento e modulação das emoções negativas, apresentando um baixo conhecimento de outras emoções, desenvolvendo um ajustamento psicológico bastante deficitário. Schaan e Vögele (2016) investigaram o papel mediador da resiliência e da sensibilidade à rejeição nas consequências a longo prazo do divórcio parental em jovens adultos. Os indivíduos com pais divorciados apresentaram níveis mais elevados de sintomas psicológicos, trauma de infância, sensibilidade à rejeição e níveis mais baixos de resiliência do que indivíduos com famílias intactas. Por outra parte, num estudo levado a cabo por Escapa, em 2017, no qual participaram 2731 adolescentes com idades compreendidas entre 13 e 16 anos da região espanhola da Catalunha, os resultados evidenciaram que filhos de pais divorciados com conflito parental têm mais probabilidade de ter resultados académicos mais baixos, que filhos de pais divorciados sem conflitos. Mas o mais importante deste estudo é que evidencia que filhos de pais divorciados sem conflito, têm menos possibilidade de ter maus resultados académicos que os filhos de famílias

intactas, oferecendo desta forma evidência de que o conflito parental tem maior relevância no rendimento acadêmico e bem-estar dos filhos, que o tipo de estrutura familiar.

No que respeita às diferenças do impacto do conflito conjugal, no ajustamento psicológico dos filhos, controlando a idade em que estes foram expostos aos conflitos, um estudo realizado por Schoppe-Sullivan, Schermerhorn e Cummings em 2007, tendo como amostra 283 famílias recompostas, com filhos entre 8 e os 16 anos (145 do sexo masculino e 138 do sexo feminino), revelou que quando os filhos expostos ao conflito são adolescentes, o impacto é muito maior no ajustamento psicológico e na externalização de sintomas do que quando são expostos em idades mais precoces. Estes resultados são consistentes com a investigação que já foi realizada nesta área (e.g. Buehler & Gerard, 2002 ; Krishnakumar & Buehler, 2000). Também assume relevância compreender o impacto que tem na idade adulta ter sido exposto a conflito familiar durante a infância. Neste sentido, um estudo realizado por Narayan, Englund, Carlson e Egeland, em 2014, investigou o impacto da exposição ao conflito interparental na primeira infância (0-64 meses), no desenvolvimento de padrões de violência em relações românticas e de círculos dos melhores amigos. Neste estudo, que teve por base uma amostra de 182 participantes (99 do sexo masculino e 83 do sexo feminino), os resultados demonstraram que existe uma correlação entre a exposição ao conflito parental na infância e o desenvolvimento de padrões de comportamento violentos e de vitimização nas relações românticas, assim como também existe uma correlação entre a exposição ao conflito e o desenvolvimento de padrões de comportamentos agressivos e coercivos nos círculos de amigos mais próximos.

Muitas crianças em famílias reconstituídas apresentam dificuldades em aceitar a nova figura parental e outros novos membros da família, tais como, outros filhos existentes e meios-irmãos, com quem rivalizam; têm de se adaptar à criação de novas rotinas, à existência de estilos parentais e educacionais diferentes, ou ainda à inexistência de papéis e regras definidas no seio de uma família reconstituída (Lobo, 2009; Valentim & Sousa, 2014). Numa altura em que as sequelas do divórcio dos pais podem ainda não estar completamente resolvidas, estas situações poderão resultar numa sobrecarga emocional para as crianças e jovens filhos de pais recasados (Valentim & Dias, 2014). Jeynes (2006) realizou um estudo meta-analítico onde tentou perceber qual o impacto do recasamento

parental no sucesso acadêmico e no bem-estar psicológico de crianças e adolescentes, comparando famílias reconstituídas e famílias intactas. Verificou que, no geral, os filhos de pais recasados apresentam menor sucesso acadêmico e menor bem-estar psicológico. No entanto, os estudos sobre esta temática são escassos e não consensuais. É possível identificar duas escolas principais de pensamento: aquela que considera que o recasamento parental é uma transição difícil para as crianças, traduzindo-se em problemas de internalização e externalização, e outra que defende que, apesar das dificuldades iniciais, as crianças são resilientes e adaptam-se com relativa facilidade a circunstâncias desafiadoras. Na verdade, para muitas crianças, o recasamento dos pais permite-lhes viver numa família mais funcional, com um pai/mãe mais disponíveis e felizes, uma nova figura parental que pode ser de apoio, trazendo também benefícios ao nível da situação económica da família (Lobo, 2009; Valentim & Dias, 2014).

As relações de reconjugalidade são mais vulneráveis ao risco de dissolução. Clarke e Wilson (1994) avaliaram a estabilidade do recasamento, comparando diferentes situações: primeiro casamento para ambos os parceiros, recasamento com uma pessoa que nunca se tinha casado (fazendo a diferenciação entre sexos) e recasamento com uma pessoa que já se tinha divorciado. Os resultados demonstraram que quando ambos os parceiros eram recasados, o casamento terminava mais precocemente, especialmente durante os primeiros anos. Também White e Booth (1995) constataram uma probabilidade duas vezes maior de ruptura numa relação em que ambos os parceiros são recasados, o que se pode explicar pela sua maior complexidade estrutural. Coleman, Ganong e Fine (2000) verificaram que devido à falta de apoio social e normas de funcionamento claras após a dissolução de uma relação, os casamentos seguintes incluem pessoas mais fragilizadas que um primeiro casamento e com capacidades de comunicação mais fracas (e.g., maior expressão de criticismo, raiva e irritação), aumentando a probabilidade de dissolução do recasamento.

A existência de enteados está associada a uma diminuição da qualidade de vida da família reconstituída e das relações entre pais e filhos, levando a um aumento do risco de divórcio (White & Booth, 1995; DeLongis & Zwicker, 2017). A qualidade conjugal em casos de recasamento é mais pobre quando ambos os adultos têm crianças de relacionamentos anteriores, comparando com as situações em que apenas um tem, provavelmente porque é

adicionada uma maior complexidade à relação (Coleman et al., 2000, DeLongis & Zwicker, 2017).

Brimhall, Wampler e Kimball (2008) realizaram um estudo com indivíduos recasados após um primeiro casamento, onde tentaram perceber os processos através dos quais a primeira relação conjugal afeta o casamento atual. A confiança foi o fator mais prevalente: falta de confiança na relação anterior, tentativas de aumentar a confiança durante o namoro e a presença de confiança na relação atual. Os autores apontam três explicações para estes resultados: ataques à vinculação, hostilidade entre ex-cônjuges e diferenças de gênero na forma como homens e mulheres fazem o luto do divórcio. Ou seja, a construção da confiança é um fator importante no recasamento, uma vez que esta pode ter ficado bastante afetada com a anterior relação conjugal.

Perante estes dados, é pertinente perceber a importância da satisfação conjugal associada ao recasamento. Numa breve definição, a satisfação conjugal resulta da avaliação subjectiva e pessoal de cada um dos parceiros sobre o outro e sobre a relação (Narciso & Ribeiro, 2009).

Falke e Larson (2007) realizaram uma revisão de literatura onde identificaram os principais factores preditores da satisfação conjugal no recasamento. Concluíram que os principais factores que influenciam a satisfação conjugal no recasamento incluem: a qualidade da relação entre padrasto/madrasta e enteado/enteada, sendo que relações positivas entre os mesmos associam-se a maior satisfação conjugal do casal; a complexidade da família reconstituída, em que famílias mais complexas apresentam uma tendência para menor satisfação conjugal no recasamento (quanto maior a complexidade, menor a satisfação conjugal); a persistência de ligação emocional ao ex-cônjuge, o que prejudica a satisfação conjugal; história de múltiplos casamentos, que se relaciona com características emocionais do(s) cônjuge(s), que acabam por encontrar no divórcio uma solução para os problemas na relação, com uma conseqüente diminuição da satisfação conjugal. Por último, também as dificuldades económicas se relacionam com menor satisfação no recasamento. Os factores relacionados com uma maior satisfação conjugal em situação de recasamento são: a existência de consenso entre o casal em relação a assuntos importantes, a existência de apoio social da família e amigos de ambos os cônjuges, e a estabilidade financeira.

Muitos estudos referem que homens e mulheres têm diferentes níveis de satisfação com o seu casamento. Um estudo de 1972 de uma famosa académica na área da família, Jesse Bernard, afirmava que dentro de um casamento existiam sempre “dois casamentos: o dele e o dela”. No entanto, dos anos 1970 para os dias de hoje, os dogmas das relações maritais mudaram, existindo atualmente maior flexibilidade nos papéis de cada um dos elementos do casal, uma maior aceitação deste facto pelos próprios e pela sociedade, maior aceitação do divórcio em situações de infelicidade, maior aceitação da sociedade para com divorciados, recasados e solteiros por opção (unidos de facto), e também menor pressão para ter filhos. Neste paradigma atual, uma meta-análise de Jackson, Miller, Oka e Henry (2014) mostrou não haver diferenças de género estatisticamente significativas na satisfação conjugal, com base numa amostra recolhida em 201 investigações por separado, e que inclui também casais em que um ou mesmo os dois elementos do casal já tinham tido uma relação conjugal anterior. Noutro estudo, mulheres recasadas relataram menor satisfação com o casamento, mais pensamentos de divórcio e mais arrependimento quando percecionam uma ligação entre o seu atual marido e a ex-mulher (Knox & Zusman, 2001).

Tentado relacionar a satisfação conjugal com a situação económica, a meta-análise de Jackson et al. (2014) não registou diferenças de sexo na satisfação marital nos agregados com rendimentos médios ou altos; no entanto, em agregados com rendimentos baixos, houve diferenças ligeiras na satisfação com o casamento, neste caso, sugerindo que os homens estariam ligeiramente mais insatisfeitos que as mulheres.

A influência da situação económica na satisfação conjugal tem sido amplamente estudada. Vários estudos têm demonstrado que a existência de dificuldades económicas tem um impacto negativo na dinâmica familiar, associando-se a maior conflito conjugal e familiar, divórcio e situações de abuso e negligência infantil (Fonseca, Cunha, Crespo & Relvas, 2016).

O stress económico pode causar alterações a nível psicológico, o que por sua vez afeta o seu comportamento enquanto cônjuges e pais. Os casais tendem a desenvolver padrões de comunicação disfuncionais, marcados pela hostilidade e baixo suporte, o que afeta a qualidade da sua relação conjugal. Por outro lado, os pais tendem a manifestar práticas

parentais mais hostis, rejeitantes e punitivas, prejudicando o bem-estar psicológico dos filhos.

No entanto, as famílias respondem de diferentes formas ao stress económico, consoante o tipo de factores protetores a que possam recorrer. Segundo Voydanoff (1990), estratégias de coping individuais, tais como traços de personalidade estáveis, e estratégias de coping familiares, tais como coesão e adaptabilidade familiar, estratégias efectivas de resolução de problemas, e fortes laços familiares prévios à situação de crise económica, mitigam o efeito negativo da mesma.

Num estudo intergeracional sobre a resiliência conjugal face à pressão económica (Mazarik, Martin, Ferrer, Lorenz, Conger & Conger, 2016), tentou-se perceber a influência direta desta em comportamentos negativos entre cônjuges (hostilidade, desdém e raiva), assim como o efeito protector nesta possível associação da capacidade adquirida de resolução de problemas. Concluiu-se que a pressão económica levou a um aumento relativo de comportamentos negativos no casal; porém, os casais que possuíam soluções altamente eficazes para a resolução de problemas não apresentaram esse aumento de comportamentos negativos em resposta à pressão económica, ao contrário dos casais que se mostraram menos eficazes na resolução de problemas, os quais apresentaram aumentos exagerados de comportamentos hostis face à pressão económica.

Num estudo que procurou investigar o papel do padrão de comunicação exigência/cedência e da expressão de gratidão no casal na associação entre stress financeiro e qualidade conjugal, Barton, Futris e Nielsen (2015), concluíram que um maior stress financeiro leva a níveis mais elevados de exigência/cedência por parte de ambos os cônjuges, o que se traduz negativamente na qualidade conjugal; expressões de gratidão recíprocas encontravam-se associadas a maior qualidade conjugal, mitigando o efeito negativo do padrão comunicacional exigência/cedência. Os resultados deste estudo mostraram, assim, que as expressões de gratidão recíprocas constituem um elemento chave para o desenvolvimento e manutenção de relações conjugais mais estáveis.

Choi e Marks (2013) tentaram perceber qual a influência da qualidade conjugal negativa (conflito conjugal) e da qualidade conjugal positiva (felicidade conjugal) na saúde física de indivíduos casados (auto-avaliação da saúde e limitações funcionais), em função do seu

nível educacional e da sua situação económica. Concluíram que níveis mais elevados de felicidade conjugal estavam associados a uma melhor auto-avaliação da saúde, em indivíduos com maiores habilitações literárias, e que níveis mais elevados de conflito conjugal relacionavam-se com maiores limitações funcionais, em indivíduos com menores rendimentos.

Como já referido anteriormente, as dificuldades económicas podem afectar o desenvolvimento infantil através de processos familiares disruptivos, incluído conflito conjugal e práticas parentais severas. Foi precisamente isso que Neppl, Senia e Donnellan (2015) comprovaram com o seu estudo longitudinal que pretendeu avaliar as relações existentes entre conflito conjugal, parentalidade severa e problemas de comportamento externalizantes da criança. Os resultados foram consistentes com o predito pelo Modelo de Stress Familiar, segundo o qual dificuldades económicas conduzem a uma situação de pressão económica, que se associa com perturbações emocionais nos pais e conflito conjugal. Este conflito, por sua vez, associa-se a práticas severas de parentalidade e problemas de comportamento na criança.

As relações entre pais e filhos são fundamentais no processo de desenvolvimento, no entanto, o sistema familiar como um todo constitui um contexto relacional importante para o desenvolvimento da criança e do adolescente (Cummings & O'Reilly, 1997). Neste sentido, também as características da relação conjugal influenciam diretamente a disponibilidade afetiva e física dos pais no cuidado e no envolvimento com os filhos e, em geral, os conflitos entre o casal provocam uma deterioração das relações entre pais e filhos (Grych & Fincham, 1990). Cummings e O'Reilly (1997) argumentam que a qualidade da relação do casal está relacionada com maior disponibilidade, tanto materna como paterna, no envolvimento com os filhos, também neste sentido Jansen, Lombardi e Larson, em 2015, elaboraram um estudo em que utilizando uma amostra composta por 390 padrastos/madrastas, concluíram que as problemáticas enteado(a)/padrasto e a satisfação conjugal, são mediadores do ajustamento psicológico das crianças. Assim sendo, os resultados evidenciaram que a existência de problemas na relação enteado(a)/padrasto, está correlacionado com o aparecimento de comportamentos de evitação e ansiogénicos, bem como a existência de satisfação conjugal, faz com que estes comportamentos de evitamento

e ansiogénicos tenham uma frequência menor. Assim, casais que consideram as suas relações conjugais satisfatórias, tendem a apresentar um grau de envolvimento similar com os filhos. Pelo contrário, quando existem dificuldades na relação de casal, o envolvimento e a disponibilidade parental ficam comprometidos, principalmente ao nível paterno. Além de afectar a disponibilidade parental, a exposição da criança a episódios de conflito conjugal, provoca intenso sofrimento psicológico, stress, alterações emocionais e fisiológicas (El-Sheik & Harger, 2001; Calkins, Graziano, Berdan, Keane & Deignan, 2008).

O presente estudo tem como principal objetivo enriquecer os conhecimentos na área dos casais em situação de recasamento, nomeadamente: 1) comparar pais e mães em situação de recasamento e situação conjugal intacta relativamente à satisfação conjugal, à exposição dos filhos ao conflito e à pressão económica; 2) analisar as associações entre satisfação conjugal, exposição dos filhos ao conflito e pressão económica em situação de recasamento e situação conjugal intacta; 3) analisar o contributo do sexo, da satisfação conjugal e da pressão económica para a exposição dos filhos ao conflito; 4) analisar o papel moderador da satisfação conjugal na relação entre a pressão económica e exposição dos filhos ao conflito.

Com base na revisão de literatura efetuada, são consideradas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: existem diferenças significativas entre pais e mães em situação conjugal intacta e em situação de recasamento: quanto à satisfação conjugal, exposição dos filhos ao conflito e à pressão económica.

Hipótese 1a: existem diferenças significativas entre pais e mães em situação conjugal intacta e em situação de recasamento quanto à exposição dos filhos ao conflito.

Hipótese 1b: existem diferenças significativas entre pais e mães em situação conjugal intacta e em situação de recasamento quanto à satisfação conjugal

Hipótese 1c: existem diferenças significativas entre pais e mães em situação conjugal intacta e em situação de recasamento quanto à pressão económica.

Hipótese 2: A pressão económica está associada a uma menor satisfação conjugal percebida pelos cônjuges, (em situação de recasamento e situação conjugal intacta)

Hipótese 3: A pressão económica está associada à exposição dos filhos ao conflito (em situação de recasamento e situação conjugal intacta) e contribui para a exposição dos filhos ao conflito

Hipótese 4: A satisfação conjugal está associada à exposição dos filhos ao conflito (em situação de recasamento e situação conjugal intacta) e contribui para a exposição dos filhos ao conflito (em situação de recasamento)

Hipótese 5: A pressão económica contribui de forma direta e indireta para a exposição dos filhos ao conflito (em situação de recasamento)

3. MÉTODO

3.1. Participantes

O estudo apresentado tem por base uma amostra constituída por um universo de participantes em situação de conjugalidade intacta (entendendo-se como tal, que não apresentam previamente historial de divórcios) e participantes com historial prévio de divórcio (com relação conjugal na atualidade). Foram definidos os critérios de inclusão que, a seguir, se enunciam: (1) elementos de casais heterossexuais casados ou em união de facto com um ou mais filhos entre os seis e os doze anos de idade; (2) elementos de casais em situação de reconjugalidade com um ou mais filhos de relações anteriores entre os seis e os doze anos de idade; (3) residir em Portugal

A amostra reuniu um total de 294 participantes, estando 122 (41.5%) em situação de recasamento e 172 (58.5%) em situação de conjugalidade intacta. Relativamente ao sexo, 198 (67.3%) eram do sexo feminino e 96 (32.7) do sexo masculino. A idade dos participantes estava compreendida entre os 23 e os 59 anos ($M= 42.6$; $DP= 8.3$). O nível mais baixo de escolaridade dos participantes situava-se entre 4º de escolaridade e o 9º ano (cerca de 19%). Aproximadamente metade dos participantes (44.6%) apresentava ensino superior completo.

Quanto à zona de residência, os participantes eram maioritariamente da zona da Grande Lisboa (75.2%). Os restantes estavam distribuídos pelas outras zonas do país, nomeadamente, Centro (18.0%), Norte (3.4%), Sul (.7%). Um valore residual dos participantes não mencionaram a sua zona de residência (1.4%). Relativamente ao acompanhamento psicológico, 80.3% reportaram nunca ter tido, 16.3% tiveram no passado e apenas 3.1% referiram ter atualmente. No que se refere à religiosidade, os participantes eram maioritariamente crentes (72.8%).

No que respeita à situação laboral, a amostra apresenta as seguintes características: 86.1% trabalhavam por conta de outrem, 9.2% eram trabalhadores independentes e 3.4% estavam em situação de desemprego.

Os participantes do universo da amostra tinham entre 1 a 5 filhos biológicos ($M= 1.84$; $DP= .73$). Quanto ao filho na faixa etária selecionada (entre os 6 e os 12 anos), sobre o qual se concentravam as respostas pedidas cada participante, constatou-se que: 105 (35.7%)

eram do sexo masculino e 123 (41.8%) eram do feminino, que a média de idades foi de 7.43 (DP=3.54). No que concerne à escolaridade 61.5% (n=169) frequentam o primeiro ciclo, 22.8% (n=66) o segundo ciclo e 11.6% (n=34) o terceiro ciclo. No que respeita aos apoios que as crianças beneficiam, 52.4% (n=154) não têm qualquer apoio, 2% (n=6) têm apoio psicológico ou psiquiátrico, 17.3% (n=51) beneficiam de apoio escolar, 9.4% (n=9) de apoio escolar e psicológico e .7% (n=2) de terapia da fala.

3.2. Procedimento

A amostra do presente estudo é caracterizada como uma amostra de conveniência. Os dados foram recolhidos de forma presencial – recorrendo ao método “bola de neve”, usando para tal os contactos de cada um dos elementos equipa de investigação – e *online*, através da divulgação de um *link*, nas redes sociais da equipa.

A recolha teve lugar entre os meses outubro de 2016 e abril de 2017. Os protocolos de investigação foram respondidos de forma anónima. O tempo aproximado de preenchimento rondava os 40 minutos. O protocolo em questão disponibilizava informação sobre o projeto de investigação, na qual se referenciava a contextualização, condições do estudo e objetivos, assim como a forma como se assegurava o anonimato e a confidencialidade dos dados recolhidos. Para que pudesse ser facultada qualquer informação adicional, era referido o contacto eletrónico do investigador principal. Era também facultada informação sobre o Serviço à Comunidade da FPUL. O protocolo continha o pedido de consentimento informado, assim como todas as instruções necessárias para o correto preenchimento dos questionários/escalas. Para poder fazer parte da amostra do estudo, os participantes tinham de cumprir os requisitos-base do estudo: pelo menos um filho com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos; solicitava-se aos participantes que respondessem aos questionários e escalas considerando o filho mais velho da faixa etária referida (6-12 anos).

3.3. Variáveis e Instrumentos

Variáveis Sociodemográficas

O protocolo apresentado inclui um questionário inicial, onde se recolheram informações sociodemográficas dos participantes (e.g., sexo dos participantes, sexo e idade dos filhos, zona geográfica de residência, tipos de acompanhamentos que estavam a receber no momento, religiosidade, situação conjugal em que se encontram na atualidade).

Exposição dos filhos ao conflito. O construto em questão foi avaliado com base na versão portuguesa da escala O’Leary-Porter Scale- OPS (Porter, & O’Leary, 1980; versão portuguesa em curso de Pedro & Francisco). A OPS é constituída por 10 itens, que avaliam a frequência de conflitos na presença dos filhos. As respostas aos itens, são dadas com recurso a uma escala de Likert de 5 pontos, variando de 1-“Nunca” a 5-“Muito Frequentemente” (e.g., *Com que frequência você e o (a) seu/sua companheiro(a) mostram hostilidade verbal frente a este filho?*). No que respeita ao estudo original de Porter e O’Leary (1980), esta escala apresentou um alfa de Chronbach de .86, valor que também se obteve no presente estudo, demonstrando desta forma a existência de uma boa consistência interna.

Satisfação Conjugal. A avaliação da satisfação conjugal foi realizada com recurso à versão portuguesa da Kansas Marital Satisfaction Scale (KMSS; Schumm et al., 1986; Versão Portuguesa: Antunes, Francisco, Pedro, Ribeiro & Santos, 2014). A KMSS é uma escala constituída por 3 itens que avaliam a satisfação com o cônjuge, com o casamento e com a relação de casal (e.g., *Em que medida está satisfeito(a) com a sua relação de casal?*) numa escala de Likert que varia de 1 (Extremamente insatisfeito/a) a 7 (Extremamente Satisfeito/a).

Pressão Económica. Foi avaliada com o recurso a três indicadores, (Conger et al., 1992; 1999). O primeiro indicador é constituído por um conjunto de sete questões, com uma escala de Likert de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente) (e.g., *Temos dinheiro suficiente para ter uma casa adequada à nossa família*). O segundo indicador, Dificuldade em pagar contas, foi avaliado através de uma escala de Likert de (1) Não temos

dificuldade nenhuma a (5) Temos muitas dificuldades. No terceiro indicador, foi pedido aos participantes que respondessem a um conjunto de cinco questões, com uma escala de Likert de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente), que avaliavam o indicador Preocupações financeiras (e.g., *Sinto-me muitas vezes preocupado devido à minha má situação financeira*). Foi realizado um compósito que incluiu os 1º e 2º indicador, corresponde a dimensão "Dificuldades financeiras". O alfa é .94. O 3º indicador, corresponde à dimensão "Preocupações financeiras". O alfa é .91. A variável "Pressão Económica" resulta dessas duas dimensões "Dificuldades financeiras" e "Preocupações financeiras".

Análise de Dados

Num primeiro momento, foi realizada uma análise descritiva dos dados (médias e desvios-padrão), assim como o padrão de correlação das variáveis, com recurso ao *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)*. Para efetuar a comparação de médias entre as duas sub-amostras (conjugalidade intacta ou situação de recasamento), foi utilizado o teste *T-Student*, para analisar as variáveis em estudo, pressão económica, satisfação conjugal e exposição dos filhos ao conflito. Num segundo momento, foi realizada a análise de padrão de correlação entre as variáveis recorrendo ao coeficiente de Pearson.

Para avaliar a capacidade preditiva do modelo apresentado neste estudo, foi realizada uma Regressão Múltipla Hierárquica, considerando como variáveis independentes a Pressão Económica e a Satisfação conjugal) e como variável dependente a Exposição dos Filhos ao Conflito.

RESULTADOS

Comparação de médias

Realizaram-se dois *testes-t* para amostras independentes de modo a comparar as amostras de pais e mães em situação de casamento intacto e em situação de reconjugabilidade, relativamente às variáveis associadas à Pressão económica (Dificuldades económicas e Preocupações financeiras), Satisfação conjugal e Exposição dos filhos ao conflito parental. Na Tabela 1, é possível verificar que existem diferenças significativas nas variáveis da pressão económica - Dificuldades económicas e Preocupações financeiras -, sendo que a amostra em situação de reconjugabilidade apresenta valores médios mais elevados.

Tabela 1

Estatísticas descritivas das variáveis e diferenças de médias das duas amostras em estudo: participantes em situação de casamento intacto e em situação de reconjugabilidade.

	Amplitude	Intactos (n=172)		Recasados (n=122)		Diferenças entre grupos	
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Pressão Económica							
Dificuldade económicas	4	2.04	.78	2.57	.93	-5.15	.00
Preocupações financeiras	4	2.00	.93	2.38	1.03	-3.23	.00
Satisfação conjugal	6	5.96	1.10	5.80	1.04	1.14	.26
Exposição dos filhos ao conflito	2.78	1.89	.54	1.89	.58	-0.03	.98

Análise de Correlações

Nas Tabelas 2 e 3, encontram-se representadas as matrizes de correlações entre as variáveis em estudo, para a amostra de participantes em situação de casamento intacto e em situação de reconjugabilidade, respetivamente.

Tanto para os participantes em situação de casamento intacto, como para os participantes em situação de reconjugabilidade, no que se refere às variáveis da Pressão económica, os resultados indicam uma associação positiva e forte entre as Dificuldades económicas e Preocupações financeiras.

Para as duas amostras supracitadas, considerando a variável Dificuldades económicas, verifica-se uma correlação negativa e moderada com a Satisfação conjugal e uma correlação positiva e moderada com a Exposição dos filhos ao conflito parental. Quanto à outra variável da Pressão económica, Preocupações financeiras, os resultados apresentam, também, uma correlação negativa e moderada com a Satisfação conjugal, bem como uma correlação positiva e moderada com a Exposição dos filhos ao conflito parental.

No que diz respeito à Satisfação conjugal, esta associa-se negativa e moderadamente à Exposição dos filhos ao conflito parental, para os participantes em situação de casamento intacto e em situação de reconjugabilidade.

Tabela 2

Matriz de correlações das variáveis em estudo, considerando a amostra de participantes em situação de casamento intacto.

	1	2	3	4
1. Dificuldades económicas	-			
2. Preocupações financeiras	.77**	-		
3. Satisfação conjugal	-.32**	-.31**	-	
4. Exposição dos filhos ao conflito	.33**	.33**	-.37**	-

Nota. * $p \leq .05$. ** $p \leq .01$.

Tabela 3

Matriz de correlações das variáveis em estudo, considerando a amostra de participantes em situação de reconjugabilidade.

	1	2	3	4
1. Dificuldades económicas	-			
2. Preocupações financeiras	.76**	-		
3. Satisfação conjugal	-.30**	-.46**	-	
4. Exposição dos filhos ao conflito	.31**	.37**	-.42**	-

*Nota. * $p \leq .05$. ** $p \leq .01$.*

Análise de Regressões

Considerando a amostra de participantes em situação de reconjugabilidade, foi realizada uma regressão múltipla hierárquica para analisar o contributo das variáveis independentes selecionadas (sexo dos pais, sexo do filho-alvo, Satisfação conjugal, Preocupações financeiras e Dificuldades económicas) na Exposição dos filhos ao conflito. Num primeiro bloco, foram colocadas as variáveis independentes sexo do pai/mãe e sexo do filho-alvo, e, no segundo bloco, foram colocadas as variáveis independentes, Satisfação conjugal, Preocupações financeiras e Dificuldades económicas, de forma a controlar o que cada uma destas variáveis acrescenta como contributo para a variável dependente, depois de controladas as variáveis que se incluem no primeiro bloco (sexo dos pais e sexo do filho-alvo).

O modelo relativo ao primeiro bloco explica 15,4% da variância do total de problemas ($R^2 = .154$). Depois de introduzidas as variáveis do segundo bloco, o modelo explica 19,8% da variância da variável dependente ($R^2 = .198$). Deste modo, como podemos verificar pela Tabela 4, o segundo modelo explica mais da variância supracitada.

Através desta análise, podemos constatar que existe uma variável que contribui significativamente para a variância da variável dependente: a Satisfação conjugal ($\beta = -.33$).

Tabela 4

Análise de Regressão Múltipla Hierárquica para a Variável Dependente Exposição dos filhos ao conflito parental, considerando a amostra de participantes em situação de reconjugabilidade.

Variáveis	Coeficientes não estandardizados		Coeficientes estandardizados		
	B	EP	β	t	Sig
Modelo 1					
Sexo dos pais	-.14	.14	-.12	-.99	.33
Sexo do filho-alvo	-.07	.13	-.06	-.50	.62
Modelo 2					
Sexo dos pais	-.13	.13	-.11	-.94	.35
Sexo do filho-alvo	-.01	.13	-.01	-.06	.95
Satisfação conjugal	-.16	.06	-.33	-2.63	.01
Preocupações financeiras	-.11	.10	-.19	-1.08	.29
Dificuldades económicas	.09	.11	.12	.76	.45

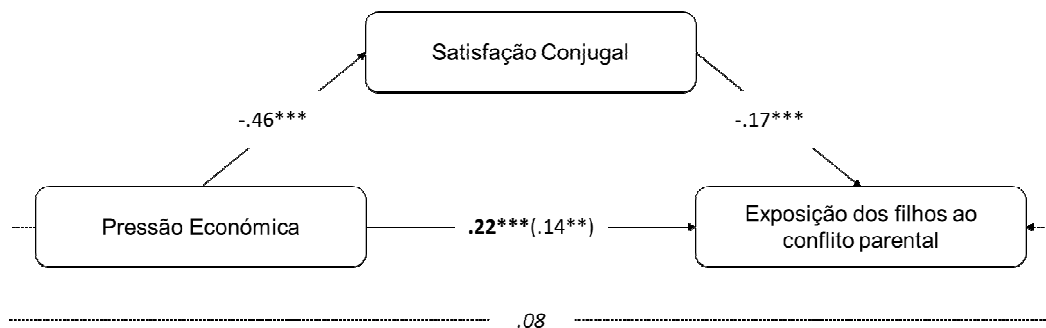
Nota. EP = Erro padrão.

Análise de mediação

As análises de mediação foram realizadas através do teste de efeitos indiretos proposto por Preacher e Hayes (2008), baseado em análises de regressão e no método de *bootstrapping*. Usou-se a versão do SPSS macro PROCESS para avaliar a significância de efeitos diretos e indiretos. Os dados foram interpretados ao verificar se os intervalos de confiança com correção de viés (BCa 95% CI) continham zero, considerando-se um efeito indireto

significativo se o intervalo de confiança não incluir zero. As análises e as estimativas foram baseadas em 1000 simulações.

Foi testado um modelo de mediação, tendo em linha de conta a amostra de participantes em situação de reconjugabilidade, sendo a Pressão económica (que inclui as variáveis Dificuldades económicas e Preocupações financeiras) a variável independente, a Satisfação conjugal a variável mediadora e a Exposição dos filhos ao conflito parental a variável dependente. Os resultados confirmaram um efeito direto significativo entre a Pressão económica e a Satisfação conjugal, bem como entre a Satisfação conjugal e a Exposição dos filhos ao conflito parental (Figura 1). Adicionalmente, verificou-se um efeito de mediação da Satisfação conjugal na relação entre a Pressão económica e a Exposição os filhos ao conflito parental (ponto estimado = .14; IC = -.36/.09); o valor de R2 ajustado foi de .20. Assim, a Pressão económica está relacionada com a Exposição dos filhos ao conflito parental de forma direta, mas também de forma indireta, através da Satisfação conjugal.



Nota. Os valores a negrito representam o efeito total; os valores dentro de parêntesis representam o efeito direto; o valor em itálico representa o efeito indireto. $n=122$

* $p < .05$. ** $p \leq .01$. *** $p \leq .001$.

Figura 1. Modelo dos efeitos mediadores da Satisfação conjugal na relação entre a Pressão económica e a Exposição dos filhos ao conflito parental, na amostra dos participantes em situação de reconjugabilidade.

4. DISCUSSÃO

O presente estudo tem como finalidade investigar a relação entre a pressão económica, a satisfação conjugal e a exposição dos filhos ao conflito, considerando pais e mães em situação de recasamento e conjugalidade intacta.

Os resultados revelaram que não existem diferenças significativas entre a subamostra em situação de recasamento e a subamostra em situação de conjugalidade intacta, no que diz respeito à satisfação conjugal e exposição dos filhos ao conflito. Os resultados evidenciaram apenas diferenças significativas na variável pressão económica (preocupações financeiras e dificuldades financeiras), tendo a subamostra de participantes em situação de recasamento apresentado um valor de média, mais elevado. Assim, no que se refere à primeira hipótese, este quadro de resultados apenas confirma a hipótese 1c, sendo discordante da investigação produzida nesta área (e.g. Coleman et al., 2000, DeLongis & Zwicker, 2017), já que seriam expectados resultados em que os participantes em situação de recasamento apresentassem valores mais baixos de satisfação conjugal e consequentemente valores nas elevados de exposição dos filhos ao conflito, quando comparados com os participantes em situação de conjugalidade intacta..

Seria expectável maior exposição ao conflito na situação de recasamento, já que a instabilidade em situações de recasamento é muito mais elevada, contribuindo para esta situação a presença de padrasto/madrasta, enteado/enteada, as relações entre estes, as relações que existentes com os pais biológicos as atribuições de papéis parentais dentro da nova relação. Todos estes elementos contribuem para o aumento da tensão na relação e potenciam o surgimento de conflitos, aumentando a probabilidade de que estes ocorram na presença dos filhos.

Seria também expectável encontrar diferenças significativas quanto à satisfação conjugal, (hipótese 1b) uma vez que em contexto de recasamento, a existência de crianças de relações anteriores contribui para uma qualidade conjugal muito mais pobre (Coleman et al.,2000). Também os fracassos relacionais anteriores parecem contribuir para menor satisfação conjugal (Coleman, Ganong e Fine,2000). Por outro lado, os resultados do presente estudo são consonantes com conclusões de estudos anteriores (e.g. Laurenceau et al.,1998),

segundo as quais, os casais que adquirem recursos efetivos para a resolução de problemas, apresentam uma redução de comportamentos hostis, (Martin,Lorenz,Conger et al.,2016).

Os resultados confirmaram a hipótese1c, a existência de diferenças significativas no que respeita à pressão económica (dificuldades financeiras e preocupações financeiras), apresentado a subamostra em situação de recasamento valores médios mais elevados. Estes resultados confirmam que existe uma forte relação entre a pressão económica e os fatores de stress presentes nas famílias recompostas, tais como o apoio económico aos filhos (Scharamm & Adler-Beader,2012). Segundo alguns estudos (e.g. Hetherington & Kelly, 2002), esta relação afeta mais os homens que as mulheres, já que as mulheres em situação de recasamento partilham as despesas dos filhos com o ex-cônjuge. Apesar de esta situação poder representar um alívio da pressão económica, é apontada como a base de muitos conflitos conjugais em famílias recompostas.

Os dados obtidos no presente estudo corroboram a segunda hipótese, já que os dados revelam uma correlação negativa moderada entre a pressão económica e a Satisfação conjugal. De acordo com o modelo de stress familiar (e.g. Conger & Conger, 2002; Conger et al, 2010), existe uma interligação entre as dificuldades económicas e os aspetos disfuncionais do casamento. Tal pressão leva a comportamentos hostis e a estados emocionais exacerbados, o que contribui para o aumento da tensão dentro da relação conjugal, assim como comportamentos disruptivos. A investigação existente demonstra que as dificuldades económicas estão frequentemente associadas com uma baixa perceção da satisfação conjugal assim como instabilidade da relação (e.g Dew & Yorgason, 2010; Hardie & Lucas,2010).A pressão económica também altera os padrões de comunicação no que se refere à exigência/cedência, na relação do casal, o que termina por afetar a qualidade conjugal de forma negativa, uma vez que a pressão económica torna os parceiros mais exigentes e lhes retira a capacidade de ceder o que provoca um sentimento de desamparo (Barton, Futris, & Nielson,2015).

De acordo com os resultados apurados, podemos aceitar parcialmente a hipótese 3, já que em ambas as subamostras se encontrou uma correlação positiva moderada significativa entre a pressão económica e a exposição dos filhos ao conflito, verificando-se, contudo, através da análise de regressões que a pressão económica não emerge como variável

preditora. Este resultado está associado com o facto que as dificuldades económicas sejam apontadas como um dos fatores que mais contribui para as situações de conflito parental. Assim sendo, o aumento das situações de conflito conjugal, aumentam a probabilidade de que estes se desenvolvam na presença dos filhos.

O presente estudo apresenta também uma correlação moderada negativa entre a satisfação conjugal e a exposição ao conflito em ambas subamostras, verificando-se, ainda, através da análise de regressões que a satisfação conjugal é uma variável preditora da exposição ao conflito, o que corrobora a hipótese 4. Da investigação produzida até a data, não existem muitos estudos que relacionem estas duas variáveis. A maioria da investigação existente estuda o impacto da exposição dos filhos ao conflito e as consequências que esta exposição tem no ajustamento psicológico das crianças. A associação negativa verificada em estudos prévios (e.g., Bakker, Demerouti, & Dollar, 2008; Ford, 2010) entre satisfação conjugal e conflito conjugal pode explicar a relação negativa encontrada no presente estudo entre satisfação conjugal e exposição ao conflito.

A última hipótese deste estudo (hipótese 5), que se referia concretamente à possibilidade de existir um contributo direto e indireto da satisfação conjugal na exposição dos filhos ao conflito, em situação de recasamento, foi confirmada. Os dados mostram um efeito directo da pressão económica sobre a exposição dos filhos ao conflito e em efeito indireto através da satisfação conjugal, ou seja, quanto maior a pressão económica, menor será a satisfação conjugal, e quanto menor a satisfação conjugal, maior a exposição dos filhos ao conflito. Como já se referiu, estudos prévios indicaram que a satisfação conjugal se relaciona com pressão económica e com conflito conjugal, bem como entre pressão económica e conflito conjugal e familiar (e.g., Barton, Futris, & Nielsen, 2015; Cunha, Relvas & Crespo, 2016; Mazarik, Martin, Ferrer, Lorenz, Conger & Conger, 2016) o que pode explicar os resultados encontrados no presente estudo.

A compreensão dos fatores que podem afetar a exposição dos filhos ao conflito, em contexto de recasamento e em situação de conjugalidade intacta, é de vital importância, já que existem estudos têm evidenciado o forte impacto negativo do conflito parental no desenvolvimento psíquico da criança e do adolescente, nomeadamente a nível emocional, com consequências nas relações interpessoais e desempenho escolar (Gottman, 1989;

Amato, 2000; Cummings & Davies, 2002; Grych, 2005). Evidenciar que outros processos que ocorrem no seio familiar podem constituir percursos da existência de conflito, tais como a satisfação conjugal, e a pressão económica, permite uma visão mais ampla da problemática e desenvolver programas de intervenção que tenham como base estes pressupostos teóricos.

Limitações

Constituem limites do presente estudo a reduzida dimensão da amostra e a não uniformidade das suas características, o que não permitiu controlar e analisar diversas variáveis relevantes e a sua interação (e.g. sexo e idade dos participantes e dos filhos, rendimento económico, número de filhos e enteados, tempo de residência com enteados)

Apesar das limitações supramencionadas, considera-se que o estudo pode contribuir para a reflexão e aprofundamento dos conhecimentos sobre a satisfação conjugal e a exposição dos filhos ao conflito em contexto de recasamento.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo, focado no recasamento, tem como principal objetivo estudar a relação entre pressão económica, satisfação conjugal e exposição dos filhos ao conflito. Uma vez que o recasamento se apresenta como uma realidade bastante alargada do nosso País (PORTADATA,2017), é fundamental conhecer de forma mais aprofundada os processos familiares que ocorrem nessa situação não-normativa. Considerando o impacto que os conflitos parentais têm no desenvolvimento psicológico e emocional das crianças, torna-se pertinente estudar as dimensões que lhe estão associadas, nomeadamente as que fazem parte deste estudo - satisfação/insatisfação conjugal e a pressão económica.

Apesar das limitações apontadas ao estudo, os resultados sugerem que: não existem diferenças significativas entre famílias em situação de recasamento ou conjugalidade intacta, no respeito à satisfação conjugal e exposição dos filhos ao conflito; que as variáveis em estudo se encontram associadas; e que existe um efeito direto e indireto, através da satisfação conjugal, entre pressão económica e exposição dos filhos aos conflitos.

Este estudo torna-se pertinente uma vez que os estudos sobre esta temática são escassos e não consensuais (Lobo, 2009; Sousa & Dias, 2014). Seria relevante aprofundar o conhecimento sobre a exposição dos filhos e enteados ao conflito em contexto de recasamento, nomeadamente, examinar a influência do tempo de convivência entre padrasto/madrasta e enteado/enteada, na exposição dos filhos ao conflito, bem como a influência do sexo do padrasto/madrasta e dos enteados na exposição dos filhos ao conflito. O presente estudo sugere que as famílias em contexto de recasamento não estão mais vulneráveis à exposição dos filhos ao conflito, comparativamente com famílias em situação de conjugalidade intacta, contrariando assim estudos prévios (Coleman et al., 2000), o que indica a necessidade da continuidade da investigação nesta área. Seria também de grande interesse, outras possibilidades de investigação que pudessem explorar novos caminhos na compreensão da exposição dos filhos ao conflito, para além da satisfação conjugal, e da pressão económica. A partir dos fatores apontados na literatura como negativos na exposição ao conflito em famílias recompostas, seria importante investigar quais os elementos protetores que possam influenciar a exposição dos filhos ao conflito.

O presente estudo oferece material para reflexão sobre a prática clínica, na medida em que compara amostras de famílias em situação de recasamento e famílias em situação conjugal intacta.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amato, P.R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, 62 (4), 1269-1287.
- Atalaia, S. (2014). As famílias recompostas em Portugal: dez anos de evolução (2001-2011). In Delgado A., Wall, K. (Eds.), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança* (pp. 225-239). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística / Imprensa de Ciências Sociais.
- Bakker, A. B., Demerouti, E., & Dollard, M. F. (2008). How job demands affect partners' experience of exhaustion: integrating work-family conflict and crossover theory. *Journal of Applied Psychology*, 93(4), 901-911.
- Barton, A. W., Futris, T. G., Nielsen, R. B. (2015). Linking financial distress to marital quality: the intermediary roles of demand/withdraw and spousal gratitude expressions. *Personal Relationships*, 22, 536-549.
- Benetti, S.P.C., (2006). Conflito Conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia, Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268.
- Brimhall, A., Wampler, K., & Kimball, T. (2008). Learning from the past, altering the future: a tentative theory of the effect of past relationships on couples who remarry. *Family Processes*, 47(3), 373-387.
- Buehler, C., & Gerard, J. M. (2002). Marital conflict, ineffective parenting, and children's and adolescents' maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 64(1), 78-92.
- Calkins, S. D., Graziano, P. A., Berdan, L. E., Keane, S. P., & Degnan, K. A. (2008). Predicting cardiac vagal regulation in early childhood from maternal-child relationship quality during toddlerhood. *Developmental psychobiology*, 50(8), 751-766.
- Chiappori, P.A., & Weiss, Y. (2005). Divorce, remarriage, and welfare: a general equilibrium approach. *Journal of the European Economic Association*, 4(2-3), 415-426.
- Choi, H., & Marks, N. F.(2013). Marital quality, socioeconomic status and physical health. *Journal of Marriage and Family*, 75, 903-919.

- Clarke, S. C., & Wilson, B. F. (1994). The relative stability of remarriages: A cohort approach using vital statistics. *Family relations*, 305-310
- Coleman, M., Ganong, L., & Fine, M. (2000). Reinvestigating remarriage: Another decade of progress. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 1288-1307.
- Conger, R. D., & Conger, K. J. (2002). Resilience in Midwestern families: Selected findings from the first decade of a prospective, longitudinal study. *Journal of Marriage and Family*, 64(2), 361-373.
- Conger, R. D., Conger, K. J., & Martin, M. J. (2010). Socioeconomic status, family processes, and individual development. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 685-704.
- Conger, R.D., Conger, K., Elder, G., Lorenz, F., Simons, R., & Whitbeck, L. (1992). A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys. *Child Development*, 63 (3), 526-541.
- Conger, R.D., Rueter, M., & Elder Jr, G. (1999). Couple resilience to economic pressure. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(1), 54-71.
- Cummings, E. M., & Davies, P. T. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of child psychology and psychiatry*, 43(1), 31-63.
- Cummings, E. M., & O'Reilly, A. (1997). Fathers in family context: Effects of marital quality on child adjustment. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp.196-221). New York: John Wiley & Sons.
- Cunha, V., Atalaia, S. (2014). A evolução da conjugalidade em Portugal: principais tendências e modalidades da vida em casal. In Delgado, A., Wall, K. (Eds.), *Famílias nos censos 2011: diversidade e mudança* (pp. 155-175). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística/Imprensa de Ciências Sociais.
- Davies, P. T., Cummings, E.M., Myers, R. L., Heindel, S. (1999). Adult conflict history and children's subsequent responses to conflict: an experimental test. *Journal of Family Psychology*, 1(4), 610-628.

- DeLongis, A., & Zwicker, A. (2017). Marital satisfaction and divorce in couples in stepfamilies. *Current Opinion in Psychology*, 13, 158-161.
- Dew, J., & Yorgason, J. (2010). Economic pressure and marital conflict in retirement-aged couples. *Journal of Family Issues*, 31(2), 164-188.
- Easterbrooks, M. A., Cummings, E. M., Emde, R. (1994). Young children's responses to constructive marital disputes. *Journal of Family Psychology*, 8(2), 160-169.
- El-Sheikh, M., & Harger, J. (2001). Appraisals of marital conflict and children's adjustment, health, and physio-logical reactivity. *Developmental Psychology*, 37, 875-885.
- Escapa, S. (2017). Los efectos del conflicto parental después del divorcio sobre el rendimiento educativo de los hijos. *Reis. Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, (158), 41-56.
- Falke, S. I., & Larson, J. (2007). Premarital predictors of remarital quality: implications for clinicians. *Contemporary Family Therapy*, 29, 9-23.
- Ferreira, A.C., Lobo, C., Oliveira, I.T., & Ramos, M. (2008). O recasamento: tendências actuais. *Revista de Estudos Demográficos*, 2, (pp. 31-59). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Fonseca, G., Cunha, D., Crespo, C., & Relvas, A. P. (2016). Families in the contexto of macroeconomic crises: a systematic review. *Journal of Family Psychology*, 30(6), 687-697.
- Ford, M. T. (2011). Linking household income and work-family conflict: A moderated mediation study. *Stress and Health*, 27(2), 144-162.
- Gottman, J. M., & Krokoff, L. J. (1989). Marital interaction and satisfaction: a longitudinal view. *Journal of consulting and clinical psychology*, 57(1), 47.
- Grych, J. H. (2005). Interparental conflict as a risk factor for child maladjustment: Implications for the development of prevention programs. *Family Court Review*, 43(1), 97-108.
- Grych, J. H., & Fincham, F. D. (1990). Marital conflict and children's adjustment: A cognitive-contextual framework. *Psychological bulletin*, 108(2), 267.

- Halliday Hardie, J., & Lucas, A. (2010). Economic factors and relationship quality among young couples: Comparing cohabitation and marriage. *Journal of Marriage and Family*, 72(5), 1141-1154.
- Jackson, J. B., Miller, R. B., Oka, M., & Henry, R. G. (2014). Gender differences in marital satisfaction: a meta-analysis. *Journal of Marriage and Family*, 76, 105-129.
- Jensen, T. M., Lombardi, B. M., & Larson, J. H. (2015). Adult attachment and stepparenting issues: Couple relationship quality as a mediating factor. *Journal of Divorce & Remarriage*, 56(1), 80-94.
- Jeynes, W. H. (2006). The impact of parental remarriage on children. *Children, Marriage and Family Review*, 40(4), 75-102.
- Kelly, E. H. J., & Hetherington, E. M. (2002). For Better or for Worse, 1-16
- Knox, D., & Zusman, M. E. (2001). Marrying a Man with “Baggage” Implications for Second Wives. *Journal of Divorce & Remarriage*, 35(3-4), 67-79.
- Krishnakumar, A., & Buehler, C. (2000). Interparental conflict and parenting behaviors: A meta-analytic review. *Family relations*, 49(1), 25-44.
- Laurenceau, J. P., Barrett, L. F., & Pietromonaco, P. R. (1998). Intimacy as an interpersonal process: the importance of self-disclosure, partner disclosure, and perceived partner responsiveness in interpersonal exchanges. *Journal of personality and social psychology*, 74(5), 1238.
- Lobo, C. (2005). Do (re) casamento às estratégias de recomposição familiar. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 18, 69-95.
- Lobo, C. (2009). Parentalidade social, fratrias e relações intergeracionais nas recomposições familiares. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, 45-74.
- Lobo, C., & Conceição, C. P. (2003). O recasamento em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, 141-159.

- Masarik, A. S., Martin, M. J., Ferrer, E., Lorenz, F. O., Conger, K. J., & Conger, R. D. (2016). Couple resilience to economic pressure over time and across generations. *Journal of Marriage and Family*, 78(2), 326-345
- Narayan, A. J., Englund, M. M., Carlson, E. A., & Egeland, B. (2014). Adolescent conflict as a developmental process in the prospective pathway from exposure to interparental violence to dating violence. *Journal of abnormal child psychology*, 42(2), 239-250.
- Narciso, I., & Costa, M. E. (1996). Amores Perfeitos, mas não perfeitos. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 12, 115-130.
- Neppl, T. K., Senia, J. M., & Donnellan, M. B. (2016). Effects of economic hardship: testing the family stress model over time. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 12-21.
- PORDATA (2017). *Casamentos e divórcios*. Acedido em 10 de Janeiro de 2017, em: [https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Casamentos+e+Div%](https://www.pordata.pt/Subtema/Portugal/Casamentos+e+Div%c3%b3rcios-33)
- Porter, B., & O'Leary, K. D. (1980). Marital discord and childhood behavior problems. *Journal of abnormal child psychology*, 8(3), 287-295.
- Preacher, K. J., & Hayes, A. F. (2008). Asymptotic and resampling strategies for assessing and comparing indirect effects in multiple mediator models. *Behavior research methods*, 40(3), 879-891.
- Raver, C. C., Blair, C., & Garrett-Peters, P. (2015). Poverty, household chaos, and interparental aggression predict children's ability to recognize and modulate negative emotions. *Development and psychopathology*, 27(3), 695-708.
- Russell, L. T., Coleman, M., & Ganong, L. H. (2016). *Remarriage: Starting Over*. The Wiley Blackwell Encyclopedia of Family Studies
- Schaan, V. K., Vögele, C. (2016). Resilience and rejection sensitivity mediate long-term outcomes of parental divorce. *European Child Adolescence Psychiatry*.
- Schoppe-Sullivan, S. J., Schermerhorn, A. C., & Cummings, E. M. (2007). Marital conflict and children's adjustment: Evaluation of the parenting process model. *Journal of Marriage and Family*, 69(5), 1118-1134.

Schramm, D. G., & Adler-Baeder, F. (2012). Marital quality for men and women in stepfamilies: Examining the role of economic pressure, common stressors, and stepfamily-specific stressors. *Journal of Family Issues*, 33(10), 1373-1397.

Schumm, W. R., Paff-Bergen, L. A., Hatch, R. C., Obiorah, F. C., Copeland, J. M., Meens, L. D., & Bugaighis, M. A. (1986). Concurrent and discriminant validity of the Kansas Marital Satisfaction Scale. *Journal of Marriage and the Family*, 381-387.

Thies, J. M. (1977). Beyond divorce: the impact of remarriage on children. *Journal of Clinical Child Psychology*, 6(2), 59-61.

Valentim deSousa, D. H. A., & Dias, C. M. D. S. B. (2014). Recasamento: Percepções e vivências dos filhos do primeiro casamento. *Estudos de Psicologia*, 31(2), 191-201.

Voydanoff, P. (1990). Economic distress and family relations: a review of the eighties. *Journal of Marriage and the Family*, 52, 1099-1115.

Wall, K Cunha, V., & Atalaia, S. (2013). Família. In Cardoso, J. L., Magalhães, P., & Pais, J. M. (Org) (2013). *Portugal social de A a Z: Temas em Aberto* (pp.70-78). Lisboa: Impresa Publishing.

Warshak, R. A. (2000). Remarriage as a trigger of parental alienation syndrome. *The American Journal of Family Therapy*, 28, 229-241.

White, L. K., & Booth, A. (1985). The quality and stability of remarriages: The role of stepchildren. *American Sociological Review*, 689-698

Wu, Z., & Schimmele, C. M. (2005). Repartnering after first union disruption. *Journal of Marriage and Family*, 67(1), 27-36.